

# ▶ Bahia de Toda Gente:



Ação Social e Cidadania



A política do Governo da Bahia no quadriênio 2003-2006 teve como objetivos centrais o crescimento econômico e a promoção do desenvolvimento humano. As ações desenvolvidas buscaram a qualificação desse crescimento, alterando a geração e a apropriação de renda pelos diversos agentes da produção social, criando, assim, as condições concretas para a inclusão social.

As diferentes políticas de intervenção buscaram, em todo o momento, atender ao compromisso de Governo na construção de uma sociedade mais justa e coesa. Essa decisão criou as condições para a elaboração das políticas de desenvolvimento sustentado em parceria com instituições federais, municipais e do setor privado.

Ao mesmo tempo, a diversidade das políticas públicas e a heterogeneidade das populações alvo, exigiu do Governo do Estado uma grande integração entre as ações pertinentes a cada um dos segmentos, tomadas em conjunto, pelas diferentes secretarias estaduais executoras. A transversalidade da atuação governamental garantiu que as intervenções no enfrentamento dos problemas da sociedade baiana se dessem de forma articulada, ajustada e consistente.

Este volume intitulado Bahia de Toda Gente: Ação Social e Cidadania apresenta o desempenho e as realizações do Governo estadual no período de 2003 a 2006, nos segmentos de educação, saúde, saneamento, habitação, desenvolvimento urbano, segurança pública, justiça e direitos humanos, assistência social e cultura, esporte e lazer.

As políticas implementadas em cada um desses segmentos em conjunto, concretizaram resultados positivos na superação dos principais problemas diagnosticados, apesar do muito que ainda precisa ser feito.

As ações de combate ao analfabetismo alcançaram bons resultados, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que revela uma queda da taxa de analfabetismo de 17,5 % para 14,2%, entre 2002 e 2005, na faixa etária de 7 a 14 anos.

A taxa de escolarização líquida do ensino fundamental na Bahia no quadriênio contemplado, representa 94,7%, considerado avançado e próximo do satisfatoriamente esperado. No enfrentamento de entraves históricos ao processo de escolarização, o projeto de regularização do fluxo escolar vem acontecendo em 282 municípios baianos, beneficiando em 2006 um total de 174.563 alunos e cujos resultados se apresentam na evolução da taxa de distorção idade-série na rede pública estadual, que passou de 68,6%, em 2002, para 55,3% em 2005.

Nesse sentido, foi implementado um programa de expansão do ensino médio nas sedes e distritos do Estado. O ensino médio passou a ser ofertado em 415 municípios. Foram beneficiadas com o programa 402 distritos e 61 sedes municipais. Também a educação profissional na rede estadual ampliou o atendimento em 232,1% quando comparado com o ano de 2003.

Mais de 12 mil profissionais tiveram certificação ocupacional de mérito e competência e mais de 20 mil foram capacitados nas modalidades de educação presencial e a distância. Em 2006, mais de 70% do quadro efetivo de professores do ensino médio têm nível superior.

No rol dos investimentos, entre janeiro de 2003 e setembro de 2006, destaca-se o programa de obras implementado na rede estadual, que realizou intervenções em mais de mil escolas, incluindo a construção de 120 escolas (64 concluídas), a recupera-

ção/reparação de 696, além da construção de 55 quadras poliesportivas.

Com o propósito de melhorar as condições de competição dos alunos das escolas públicas nos processos seletivos, foi criado pelo Governo do Estado, em 2003, o Universidade para Todos, numa ação articulada entre secretarias e universidades. Até 2006, mais de 88 mil alunos, distribuídos em 67 municípios, foram matriculados. Já o Faz Universitário concedeu 3.703 bolsas no quadriênio 2003-2006, entre bolsas de estudo e bolsas-auxílio.

As universidades estaduais se encontram no centro das atividades regionais e são parceiras estratégicas do setor de comércio e serviços, da indústria, dos poderes públicos e das organizações comunitárias nacionais e internacionais. O período 2003-2006 foi marcado pelo significativo crescimento das universidades estaduais da Bahia que através da implantação de 251 cursos de graduação elevou a matrícula em 29,9% nas unidades distribuídas por várias regiões do Estado. O quantitativo de mestres e doutores do quadro docente equivale hoje a quase 70% e o número de projetos de pesquisa nas universidades estaduais registrou um crescimento de 44,2%. As universidades estaduais apresentaram bons resultados no Exame Nacional – Enade. Dos 69 cursos reconhecidos e avaliados, mais de 60% obtiveram conceitos bom e máximo.

Na atenção à saúde o quadriênio 2003-2006 também registrou avanços, evidenciados no alcance das metas programadas, na redução e controle de agravos mais significativos para a saúde da população, na implantação e ampliação de serviços de média e alta complexidade e na ampliação do número de leitos hospitalares, especialmente leito de UTI.

Segundo os dados estimados pelo Ministério da Saúde, a queda observada no coeficiente de mor-

talidade infantil no período de 2002 a 2004, foi de 33,5 mortos por mil nascidos vivos para 30,3, que correspondeu a uma redução de 9,6% superior às reduções obtidas no Brasil e no Nordeste que foram de 7,4% e 8,9% respectivamente.

A expansão do Programa Saúde da Família – PSF, com uma cobertura de 54,1% da população do Estado supera em muito a cobertura encontrada em 2002 de 21%. O processo de Certificação Estadual da Atenção Básica certificou 459 equipes em 103 municípios que passaram a receber, além do recurso federal, valores entre R\$ 2,5 mil a R\$ 4 mil por equipe certificada, enquanto que o incentivo estadual para as equipes que não participaram da certificação é de R\$ 1,1 mil. Para o quadriênio 2003-2006, acrescenta-se ainda a construção de 335 (175 concluídas) unidades básicas de saúde do PSF, além das unidades que promovem o aleitamento materno. O Governo do Estado da Bahia adotou o PSF como estratégia prioritária para organizar a atenção básica, investindo no programa mais de R\$ 117 milhões no período de 2003 a 2006. Essa decisão contribuiu e em muito para a redução da mortalidade infantil.

No quadriênio 2003-2006, o Governo do Estado investiu cerca de R\$ 147,6 milhões, em 505 obras de expansão e melhoria da capacidade da rede física de saúde (296 concluídas), disponibilizando para a população 959 novos leitos entre hospitalares e de UTI.

Na Capital foram disponibilizados 399 novos leitos hospitalares com a nova Maternidade Referência Professor José Maria de Magalhães Netto, que dispõe de 180 leitos de obstetrícia e 28 berçários, tendo capacidade para 1.800 internações/mês; a unidade de alta complexidade em cardiologia do Instituto do Coração da Bahia – Incoba, que criou 78 leitos de internação; a unidade de emergência e urgência do Hospital Geral Roberto Santos, que

ofereceu à população 72 novos leitos; a ampliação do Hospital Manoel Vitorino que resultou na implantação de 22 leitos; e a ampliação da Maternidade Albert Sabin criando mais 19 leitos.

No interior as intervenções resultaram na criação de 329 leitos hospitalares, através da construção do Hospital do Oeste, em Barreiras, que possui 159 leitos; da ampliação e reforma do Hospital Dantas Bião, em Alagoinhas, que passou a contar com 70 novos leitos e da inauguração de 60 leitos de suporte para o Hospital Geral de Vitória da Conquista, disponibilizados no Hospital Crescêncio Silveira; e a reforma geral do Hospital Santa Tereza, em Ribeira do Pombal, com a instalação de Unidade de Emergência Clínica, Obstétrica e de Trauma, criando mais 40 leitos.

Outra ação de grande envergadura foi a implementação da atenção terciária no Estado, expressada no incremento, ocorrido entre 2003 e 2006, de 325% no total de 231 novos leitos de UTI oferecidos pela rede pública estadual.

No quadriênio 2003-2006, foram adquiridos 600 veículos para os serviços de saúde, dos quais 374 são ambulâncias.

Visando suprir a escassez de recursos humanos adequados à seletividade espacial foram convocados 1.938 concursados das 2.507 vagas oferecidas no Concurso Público realizado em 2005.

O saneamento básico é um dos principais indicadores que exerce influência nas condições do ambiente e da saúde da população. Nesse sentido, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Pnad/2005, recentemente publicada pelo IBGE, confirma a posição da Região Metropolitana de Salvador já registrada em anos anteriores, como a primeira do país quanto ao índice de cobertura com rede pública de abastecimento de água (98%)

e a terceira em esgotamento sanitário (74,6%). Vale registrar, que tal avanço se deve, entre outros motivos, a implantação do Programa Bahia Azul, considerado como um dos maiores e mais bem sucedidos programas de saneamento do país, na atualidade.

Os serviços de abastecimento de água nas áreas urbanas já colocam a Bahia em vantagem em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, acordados e adotados pelos governos de 189 países (inclusive o Brasil), em 2000, na ONU. A população abastecida com rede geral de água em 2005 foi de 94,7%, quando o estabelecido era atingir o índice de 90,6% em 2015.

Quanto ao esgotamento sanitário nas áreas urbanas, a Bahia já apresenta um grande avanço no cumprimento da meta prevista, pela ODM, pois a parcela da população atendida com rede geral e fossa séptica em 2005, representou 63,3%, em 2005, enquanto o indicador previsto para o ano de 2015 é de 67,7%.

No âmbito do Programa Bahia Azul, foram implantados interceptores, coletores-tronco, redes coletoras e estações elevatórias, nas bacias de esgotamento sanitário de Salvador e cidades do entorno da Baía de Todos os Santos. Encontra-se em processo de contratação, na modalidade de Parceria Público-Privada – PPP, os serviços para a construção e operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaripe, destinado à ampliação do Sistema de Esgotos Sanitários de Salvador, através da construção e operação do seu segundo emissário submarino.

Com relação ao abastecimento de água em núcleos urbanos e localidades, de janeiro de 2003 a setembro de 2006, foram realizadas 468 obras de sistemas convencionais (191 concluídas), beneficiando 92 sedes municipais e 601 localidades. Dentre as

obras concluídas merecem destaque o sistema integrado de abastecimento de água de Ponto Novo/Filadélfia/Caldeirão Grande; o sistema Serrolândia/Cachoeira Grande; o sistema Vitória da Conquista/Pedroso/Jurema/Gameleira/São Joaquim/Mamão/Braga/Pau e Ferro/Bate Pé; o sistema integrado de abastecimento de água do Litoral Norte/Camaçari; além dos sistemas integrados de Feira de Santana, Brumado, Itamaraju e Igatu.

Diversas ações relativas a sistemas não convencionais de abastecimento de água foram realizadas, com destaque para a construção e ampliação de 1.357 sistemas simplificados (1.181 concluídos); a instalação de 28.898 cisternas individuais (18.892 concluídas); e a perfuração de 1.588 poços (1.566 concluídas), dentre outras ações que privilegiaram o Semi-Árido baiano.

Com relação às obras de esgotamento sanitário em núcleos urbanos e localidades no quadriênio, foram realizadas 81 obras de sistemas (52 concluídas), beneficiando 50 sedes municipais e 90 localidades. Dentre as obras concluídas destacam-se o adensamento das Bacias de Periperi, Cobre, Paripe e Saboeiro, o sistema de Camaçari-Litoral Norte e os sistemas de Feira de Santana, Canavieiras, Lençóis, Trancoso, Paulo Afonso, Itamaraju, Camacã, Jaguaquara, Jacobina, Ipiáú, Mucuri e Andaraí.

Em localidades rurais, várias comunidades do Estado foram beneficiadas com a implantação de sistemas de esgotamento sanitário e com a construção de melhorias sanitárias domiciliares, compostas de vaso sanitário, chuveiro, pia e lavanderia.

Considerado estratégico para o abastecimento de água e incremento da produção agrícola da região do Semi-Árido baiano, o programa de recursos hídricos do Governo do Estado resulta na ampliação de 169,3 milhões m<sup>3</sup> de água com uma vazão de 929,1 m<sup>3</sup>/s, possibilitando a irrigação de

mais de 20 mil hectares. Entre as obras, registre-se a barragem de Bandeira de Melo, concluída em 2006, a de Pindobaçu, concluída em 2005 e a de Serrolândia, concluída em 2004. Encontra-se em construção outras cinco grandes barragens que irão proporcionar o atendimento a mais de 197 mil pessoas, através da disponibilização de 35 milhões m<sup>3</sup> de água. São as barragens de Cristalândia, Riacho de Santana, Lagoa da Torta, Serra Preta/Barra do Choça e a de Souto Soares.

A questão habitacional, em particular aquela definida como de interesse social, recebeu grande e renovada atenção por parte do Governo do Estado no período de 2003-2006. Entre obras concluídas, em curso e comercializadas, foram investidos, no quadriênio, pelo Governo estadual cerca de R\$ 395,3 milhões, resultando no benefício de mais de 190 mil famílias.

A produção e melhoria de habitação, atendendo ao déficit habitacional quantitativo, foi realizada através do Programa Viver Melhor, em comunidades urbanas e rurais, Programa de Subsídio Habitacional – PSH, Programa de Subsídio à Habitação – Resolução 460/FGTS e Programa Crédito Solidário, e os programas Rememorar e de Recuperação da 7<sup>a</sup> etapa do Cento Histórico de Salvador.

Os programas habitacionais envolveram a construção de 69.930 novas moradias, das quais 14.286 concluídas. A atuação governamental viabilizou também a melhoria de 82.469 habitações (44.386 concluídas) intervindo na habitação, na infra-estrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, contenção de encostas, drenagem pluvial, energia elétrica, vias e acessos, equipamentos urbanos e recuperação ambiental, dentre outros serviços). A geração de trabalho e renda e o fortalecimento das identidades culturais são outras vertentes dos programas habitacionais do governo baiano.

Na capital são destaques o projeto Ribeira Azul e o projeto Moradas da Lagoa. O projeto Ribeira Azul que erradicou 2.700 palafitas das 3.500 existentes na área de Alagados, se configura hoje como uma experiência êxitosa de projeto integrado, contemplando ações socioeconômicas, ambientais e de regularização fundiária. As 800 palafitas restantes já estão com as obras em andamento ou com projetos prontos e recursos assegurados. Já o projeto Moradas da Lagoa, que atua no bairro de Valéria tem assegurado às 750 famílias beneficiárias, unidades habitacionais integradas a ações de saúde, educação, alimentação, segurança, cultura, esporte, lazer, formação profissional e oportunidades de geração de trabalho e renda. Paralelamente à construção das casas, o Governo do Estado está viabilizando a implantação do Condomínio Empresarial, com a construção de galpões para o funcionamento de um parque de indústrias não-poluentes e intensivas em mão-de-obra, que vai aproveitar a capacidade de trabalho dos moradores do bairro. Merecem destaque ainda as intervenções nas comunidades de Sussuarana Velha II e nas comunidades de Recanto Feliz e Paraíso Azul, no Costa Azul.

No interior, as ações se realizaram através dos Programas Kit Moradia, Viver Melhor em Comunidades Urbanas, Viver Melhor Rural, Produzir, Pró-Gavião, Alvorada e Erradicação da Doença de Chagas.

Para viabilizar a continuidade do Viver Melhor, o Governo do Estado firmou em 2006, acordo de Empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, no valor de US\$ 82,2 milhões, dos quais US\$ 32,9 milhões são recursos de contrapartida do Tesouro estadual. O projeto será implementado no município de Salvador e em sete municípios do interior do Estado, beneficiando 240 mil pessoas. Já foram iniciadas as obras de complementação da área do Ribeira Azul (Alagados III, Boiadeiro e São Bartolomeu)

e licitadas as obras na comunidade de Anchieta em Feira de Santana.

Na Bahia, mais de 80% da população vive nas cidades. A atuação do Governo do Estado na política urbana deve atender às necessidades das cidades baianas, buscando uma forma de redistribuição de renda, para que o desenvolvimento das cidades se dê de forma ordenada e voltada para a inclusão social.

Em Salvador, na infra-estrutura viária, a atuação do Governo do Estado foi contundente na tentativa de um maior compartilhamento ou parceria das ações com as administrações municipais. A revitalização de todo o sistema viário urbano e a implantação de um sistema integrado de transporte de massa, através do Metrô e Vias Estruturantes foi o grande destaque. Em 2006, o Governo da Bahia garantiu recursos da ordem de US\$ 42 milhões para a aquisição de seis trens que irão servir ao metrô de Salvador. Também importante foi a construção da Avenida Assis Valente, fazendo a interligação dos bairros Cajazeiras-Fazenda Grande.

O Projeto Orla realizou paisagismo, drenagem, pavimentação e sinalização no trecho entre os bairros de Amaralina e Armação. A reurbanização do Largo Dois de Julho, o paisagismo e a iluminação da Praça do Campo Grande, a urbanização da Lagoa da Paixão em Valéria e a requalificação de duas áreas no Costa Azul (Paraíso Azul e Recanto Feliz) são obras que além de mudar o cenário urbano de Salvador, geram empregos e preparam a cidade para o futuro.

No interior, o Governo do Estado aplicou R\$142 milhões em melhorias urbanas de cidades baianas, envolvendo pavimentação, drenagem, requalificação urbana e construção, ampliação e recuperação de centros de abastecimento, praças, passarelas e pontes, dentre outras intervenções.

A diversidade das manifestações culturais baianas faz com que o Governo do Estado implemente políticas de incentivo e valorização. Nesse sentido, a ampliação e preservação de espaços e equipamentos culturais dinamizam a vida cultural da cidade, e a transformam em pólo difusor e receptor de cultura e arte para as regiões. Nesta vertente, foram importantes as obras de construção dos centros de cultura e eventos, em Guanambi, já concluídas, as de Itabuna e Feira de Santana, em construção, além da conclusão da recuperação do centro de cultura de Mutuípe e do cine-teatro de Plataforma, em Salvador.

Também importantes foram as ações de premiação e concursos realizadas nos diversos segmentos culturais para incentivo ao artista baiano. Os projetos Circulação Cultural, PopulAção Cultural e Viver com Arte são implementados para promover o intercâmbio cultural entre as diversas regiões do Estado, para atuar em comunidades e para promover a iniciação artística, respectivamente. Em 2006, o Teatro Castro Alves passa a ser patrocinado também através de parceria público-privada. No quadriênio, o TCA realizou 1.154 eventos para um público de mais de um milhão de pessoas.

Na área de esportes merecem destaque as obras de construção da piscina de aquecimento na Vila Olímpica, de recuperação da estrutura metálica da cobertura do Estádio Roberto Santos – Pituaguá, ambas na capital, além da construção ou reforma de equipamentos esportivos em 155 municípios baianos, atendendo cerca de 6,5 milhões de pessoas, o que equivale a aproximadamente 47% da população baiana.

Uma outra importante ação, em que o Governo do Estado vem conquistando avanços, é a do combate à violência. As estratégias implementadas já permitiram uma redução no número de ocorrências de assalto à banco, que entre 2003 e 2005

caiu 78,3% na capital e 52,2% no Estado como um todo. A taxa de recuperação de veículos furtados ou roubados também produziu bons resultados. No triênio essa taxa foi de 61%, o que significa que dos 27,8 mil veículos subtraídos no Estado, cerca de 17 mil foram recuperados. Ainda no triênio 2003-2005 foi registrada uma redução de 2,5% nas ocorrências de roubos em coletivos.

No *ranking* dos homicídios dolosos, um dos indicadores mais expressivos para a tradução da criminalidade, a Bahia estabilizou em 21 homicídios por 100 mil habitantes, no período 2003-2005, apesar dos fatores determinantes da criminalidade estarem crescendo em todo o país. Com relação às ocorrências registradas no tráfico de drogas e no crime organizado na RMS, nesse mesmo período, houve um acréscimo de 13,4%.

Foram estabelecidas políticas de combate à burocracia nas delegacias, à corrupção dentro das corporações policiais, ao crime organizado e à violência e a tortura nos métodos de investigação. Também foram supridas deficiências diagnosticadas nas unidades operacionais, no efetivo policial e nos métodos de investigação científica.

Entre janeiro de 2003 até setembro de 2006 foram criadas 24 delegacias (circunscricionais, da mulher, do idoso e do adolescente), sete companhias da Polícia Militar (cobrindo a atuação nos 417 municípios baianos), seis grupos especiais, duas forças tarefas de repressão a crimes, a Corregedoria Geral, a Ouvidoria Geral e as Superintendências de Inteligência Policial, de Gestão Integrada da Ação Policial, de Gestão Tecnológica e Organizacional e a de Telecomunicações. Os investimentos na rede de segurança pública estadual, no período 2003-2006, resultaram na construção de 23 delegacias (16 concluídas) e na recuperação de 30 delegacias (26 concluídas).



O Governo da Bahia adquiriu 1.789 veículos no quadriênio 2003-2006, sendo que 77% das aquisições foram para atividades de patrulhamento ostensivo. Para dotar a Polícia Militar de um grupoamento aéreo e com condições operacionais e logísticas para o combate ostensivo ao crime, foram adquiridos dois motoplanadores, dois helicópteros e em fase de aquisição encontram-se dois caminhões, dois microônibus e duas *pick-ups* para o apoio. A Polícia Militar da Bahia, com a implantação do grupoamento aéreo, marca o ingresso da polícia baiana em operações aeropoliciais e se consolida como uma das instituições policiais mais modernas do país.

É importante ressaltar o contrato de financiamento realizado pelo Governo estadual, da ordem de US\$ 70 milhões, para a modernização e o reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública da Bahia e o reequipamento do Corpo de Bombeiros.

No quadriênio 2003-2006 o Governo da Bahia incorporou 6,7 mil profissionais, dos quais 41% são soldados de primeira classe da PM, 27% alunos oficiais e 14% agentes de investigação. A Polícia Militar do Estado da Bahia publicou, em setembro de 2006, o edital do concurso público, previsto para acontecer em janeiro de 2007, para formação em soldado da PM, preenchendo 3.200 vagas na capital e no interior.

A realidade do Estado da Bahia em relação ao sistema prisional vem exigindo do Governo a difícil missão de, em curto prazo, responder às necessidades que aumentam a cada dia, por meio da oferta de instalações e serviços adequados à custódia do preso, situação essa comum em todo o país. Os gastos com o sistema prisional aumentam em proporções superiores ao do crescimento da arrecadação, proporcionando ao Governo do Estado a difícil tarefa de equacionar o custeio do sistema, sem prejudicar a sua atuação em outras áreas de vital importância para a sociedade. Em setembro de

2006, a população carcerária da justiça e da segurança pública era de mais de 13,5 mil pessoas abrigadas em 7.044 vagas, o que corresponde a uma taxa média de ocupação de duas pessoas por vaga.

Na atual gestão, foram ofertadas 2.706 novas vagas e viabilizadas outras 922 para o exercício de 2007, totalizando 3.628 novas vagas, o que resulta um incremento de 83,6% na ampliação do Sistema Penitenciário em relação a dezembro de 2002.

Do conjunto de obras, distribuídas em diversas regiões do Estado, merecem destaque o Conjunto Penal de Serrinha, o Conjunto Penal de Juazeiro, a Unidade Especial Disciplinar em Salvador, o Conjunto Penal de Itabuna, a Colônia Penal de Simões Filho e a Penitenciária de Lauro de Freitas por apresentarem modernos equipamentos construtivos. As unidades prisionais de Serrinha, Juazeiro e a de Valença utilizam o modelo de administração compartilhada de parceria com empresas habilitadas e vocacionadas para o setor.

Na promoção e defesa dos direitos humanos o grande destaque foi a instalação do Núcleo da Cidadania no SAC/Móvel e SAC/Barra para informar, encaminhar às autoridades competentes e receber denúncias referentes à violação dos direitos fundamentais, em especial, do idoso, da pessoa com deficiência, da mulher, da criança e do adolescente e da promoção da igualdade racial. Também importante foi a elaboração do Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Visando a inclusão social de segmentos historicamente excluídos, as universidades Uneb e Uefs implementaram a política de cotas – 40% e 50% das vagas, respectivamente – para afro-descendentes, egressos da escola pública.

Desenvolver uma política de assistência social voltada para a proteção social dos segmentos mais

vulneráveis da população tem demandado um esforço do Governo estadual em conjunto com os Governos federal e municipal e com a sociedade.

O grande destaque nesta área foi o Programa de Desenvolvimento Integrado Viva Nordeste, promovido pelo Governo da Bahia em 2004, com foco na área social da região do Nordeste de Amaralina, área estigmatizada pelos problemas de violência. A ação efetiva do Governo do Estado tem sido na busca de medidas criativas e inovadoras capazes de potencializar a produtividade e promover a velocidade na solução dos problemas locais com máximo de aproveitamento do potencial humano em todos os níveis e possibilidades. Os resultados já são visíveis: redução de 15% nas ocorrências de violência; melhoria da imagem da região – 306 fatos positivos na mídia X 105 negativos em 2006; comunidade mais organizada na reivindicação dos direitos e na busca de melhorias coletivas; elevação da auto-estima da comunidade; jovens com novos projetos de vida; pessoas alfabetizadas tecnologicamente; e acesso facilitado ao crédito para empreendimentos produtivos, dentre outros.

Também merece destaque, o programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no qual a Bahia tornou-se referência nacional por ser o único Estado do Brasil que vem assumindo as despesas com o pagamento e capacitação dos monitores da Jornada Ampliada, cuja responsabilidade formal é dos municípios. Com isto o resultado do programa tem sido mais eficiente.

Cumprindo a exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Governo do Estado vem dando prioridade à regionalização das unidades de

atendimento socioeducativo, através da implantação de três unidades de atendimento na Mata Atlântica, nos municípios de Canavieiras, Ilhéus e Itabuna e de duas unidades no Extremo Sul, nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro.

As novas unidades proporcionam atendimento aos adolescentes da região no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sem afastá-los da região e do convívio social e familiar, além de reduzir consideravelmente o número de adolescentes encaminhados para Salvador.

Cabe mencionar ainda a atuação dos centros sociais urbanos no convívio que proporcionam aos idosos, portadores de deficiência, jovens e trabalhadores da suas respectivas áreas de influência. Por fim, os programas de suplementação alimentar, como o Nossa Sopa, + Vida, e Prato do Povo, que desempenham importante função no combate à desnutrição.

Por fim, é importante registrar, que o programa de obras executado pelo Governo do Estado, envolvendo as diversas áreas de atuação, encerrará o quadriênio com um conjunto de obras já concretizadas e outras em execução, com previsão de término para os próximos exercícios. Encontram-se em execução: construção de 56 escolas; 209 obras de expansão e melhoria da capacidade da rede física de saúde; 277 obras de sistemas convencionais de abastecimento de água e 29 obras de sistemas de esgotamento sanitário em núcleos urbanos e localidades; instalação de mais de dez mil cisternas; construção de cinco grandes barragens; construção de 54,4 mil novas moradias, melhoria de 45,1 mil habitações; obras de requalificação da orla marítima de Salvador; além de tantas outras importantes para o desenvolvimento da Bahia.